



TCU analisa contas da Presidência da República

Pela 79ª vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) apreciou e emitiu parecer prévio conclusivo sobre as contas da Presidência da República em sessão realizada no dia 28 de maio. A análise técnica serve como subsídio ao Congresso Nacional, responsável pelo julgamento das contas apresentadas pela chefia do Poder Executivo, atualmente exercida pela presidente Dilma Rousseff. O relatório produzido pelo TCU também busca permitir à sociedade maior acesso às informações sobre a gestão dos recursos públicos.

O trabalho, relatado pelo ministro Raimundo Carreiro, traz análise sobre a execução orçamentária e sobre os dados contidos no Balanço Geral da União, e avalia o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual, o reflexo da administração financeira e or-

çamentária no desenvolvimento econômico e social do país, além do cumprimento dos limites e parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

PRIORIDADES E RESSALVAS

Durante o ano de 2013, o tema “Governança Pública para o Desenvolvimento” foi escolhido para orientar as análises específicas sobre políticas públicas consideradas prioritárias para a promoção do desenvolvimento nacional justo e sustentável.

Dentre as 26 ressalvas e as 48 recomendações feitas, destacam-se as que tratam da inclusão de prioridades governamentais no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento público federal. O TCU também recomendou medidas para que haja maior exatidão dos dados

encaminhados como prestação de contas, especialmente dos que se referem ao desempenho e ao cumprimento de programas.

Em relação a distorções nas informações patrimoniais, o Ministério da Fazenda comprometeu-se a adotar medidas para evidenciar a real situação patrimonial da União. O fato gerou proposta de alerta ao Poder Executivo sobre a possibilidade de o TCU emitir opinião adversa acerca do Balanço Geral da União, caso as recomendações expedidas não sejam implementadas.

O tribunal também propôs a apresentação de projeções anuais, até 2017, dos benefícios dos empréstimos concedidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2008.

MONITORAMENTO

Ao longo da lista de recomendações feitas em 2012, destaca-se a recomendação à Presidência da República para não autorizar empresas estatais federais a declararem dividendos intermediários, que foi atendida. A Secretaria do Tesouro Nacional atendeu parcialmente as recomendações para evidenciar em notas explicativas registro de operações e dados contábeis que possam gerar dúvida.

A recomendação feita ao Conselho Monetário Federal, para



reforçar a transparência sobre os motivos para edição de normas de contabilidade voltadas às instituições ou ao segmentos específicos, encontra-se em atendimento.

ECONOMIA

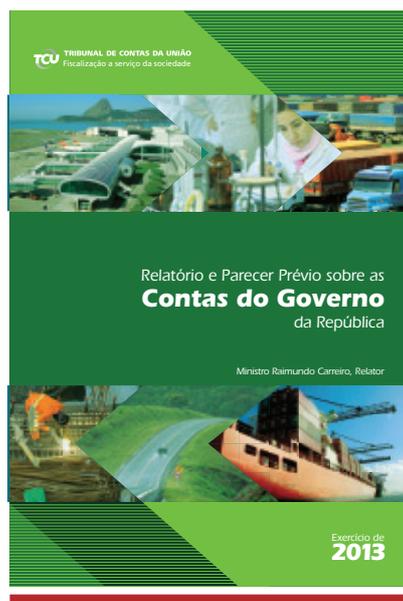
O relatório destacou, entre outros temas, o desempenho da economia brasileira em 2013. No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 4,8 trilhões, com crescimento de 2,3% em relação a 2012.

A despesa de consumo das famílias cresceu 2,3%, o menor crescimento anual desde 2004. O aumento foi influenciado pela elevação de 2%, em termos reais, da massa salarial dos trabalhadores e pelo acréscimo de 8,5% do saldo de operações de crédito com recursos livres às famílias. O emprego formal, com carteira assinada, atingiu 1,12 milhão de pessoas, um crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior.

O *superavit* comercial – exportações maiores que importações na balança comercial – sofreu redução de 86,6% em 2013 e registrou US\$ 2,6 bilhões. Em 2012, o valor foi de US\$ 19,4 bilhões.

Quanto à política fiscal, a despesa e a receita primárias líquidas – despesas e receitas correntes e de capital, excluídas as despesas e receitas de juros e encargos e de amortização da dívida pública –

como proporção do PIB, obtiveram pequenos incrementos percentuais em relação a 2012. A receita primária líquida de transferências a estados e municípios alcançou R\$ 991,1 bilhões, ou 20,5% do PIB, contra 20,1% em 2012. A despesa primária cresceu e foi de R\$ 914,11 bilhões, ou 18,9% do PIB, contra 18,3% no ano anterior. Isso equivale a um resultado primário superavitário da ordem de R\$ 75 bilhões (1,55% do PIB). Mais de 60% desse valor foi obtido com receitas extraordinárias, originadas em parcelamentos de créditos tributários, concessões, permissões e dividendos.



Capa do Relatório das contas do governo 2013

O relatório lembra que para atingir a meta de *superavit* primário nos últimos anos, o governo federal tem usado instrumentos pouco comuns, como a antecipação de dividendos junto a empresas estatais e a concessão de crédito subsidiado a bancos oficiais. Essas operações têm como consequência a estabilização da dívida, mesmo com a queda substantiva da taxa básica de juros.

A dívida pública, formada por empréstimos, financiamentos e títulos emitidos para custear ações governamentais é medida segundo alguns indicadores. Dentre eles está a Dívida Consolidada da União (DC) – montante total das obrigações financeiras – que foi de R\$ 3.130,9 bilhões em 2013, um aumento de R\$ 176,6 bilhões em relação a 2012. A Dívida Consolidada Líquida – DC menos disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros – totalizou R\$ 1.120,1 bilhões em 2013. Outro indicador, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) – endividamento líquido do setor público não financeiro e do Banco Central junto ao sistema financeiro (público e privado), ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo – atingiu R\$ 1.626,3 bilhões (33,6% do PIB).

O relatório destaca ainda que a meta de inflação para 2013 foi mais uma vez ultrapassada. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA) foi de 5,91% no ano passado. Desde 2006, o Banco Central persegue a meta inflacionária de 4,5% ao ano, com margem de 2%.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA EM REGISTRO DE PASSIVOS NO BGU

Análise do Balanço Geral da União (BGU) de 2013, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), revelou que falta registro contábil de ações judiciais contra a União no balanço patrimonial, os passivos contingentes, e transparência sobre passivos de regimes da previdência, ou passivos atuariais. Falhas que podem afetar o equilíbrio das contas públicas.

O governo não tem contabilizado no Balanço provisões do Regime Geral da Previdência Social, nem do regime previdenciário dos servidores públicos civis. Não é possível saber também qual é o passivo do governo federal com despesas futuras com militares inativos. Segundo o Ministério da Defesa, essas despesas correspondem a “encargos” da União com militares ativos e inativos. Em razão disso, não é possível mensurar qual é o impacto que tem essas despesas no Balanço Geral da União.

Segundo informações do Anexo de Riscos Fiscais, apresentado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, o total previsto para as obrigações originadas em ações judiciais em que a União foi contestada e vencida, foi de aproximadamente R\$ 780 bilhões, a maior parte, R\$ 610 bilhões, de natureza tributária. Essas informações, contudo, não são evidenciadas no BGU.

O Ministério da Fazenda comprometeu-se a adotar medidas para evidenciar a real situa-

ção patrimonial da União. O fato gerou proposta de alerta ao Poder Executivo sobre a possibilidade de o TCU emitir opinião adversa sobre o Balanço Geral da União, caso as recomendações expedidas não sejam implementadas.

GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS

A governança da educação básica no Brasil também foi considerada na análise das Contas do Governo do exercício de 2013. O TCU mapeou o desenvolvimento da política educacional básica e estrutura de controle de entidades federais de ensino superior. A partir dos resultados, o tribunal fez alguns apontamentos de fragilidades que comprometem a educação pública em todo o país e de casos que podem servir de exemplo.

O tribunal constatou subfinanciamento e baixo investimento público por estudante de nível médio, em comparação com a média dos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Outra dificuldade evidenciada foi a falta de regulamentação do art. 23 da Constituição Federal para cooperação entre União, estados e municípios e a falta de aprovação do Plano Nacional de Educação.

Em parceria com a Controladoria Geral da União, o TCU também avaliou a estrutura de unidades de auditorias internas de 32 universidades e 12 institutos federais de educação. O trabalho indicou que 57% das instituições possuem auditoria interna subordinada diretamente ao reitor, o que reduz o grau de independência de atuação e contraria o decreto 3.591/2002, que estabelece o

sistema de controle interno do Poder Executivo. Somente uma elaborou norma para minimizar conflitos de interesses e favorecer a imparcialidade dos controles internos.

O TCU constatou que em nenhuma das instituições fiscalizadas, a administração realiza a gestão de riscos. Em apenas quatro de 32 entidades (12,5%), a Audin realiza tal atividade de forma a tentar suprir as lacunas deixadas pela administração.

Em contrapartida, o TCU identificou elevado grau de atendimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2013, pois apenas três instituições não atingiram 50% de cumprimento das atividades planejadas.

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS

O relatório sobre as contas do governo de 2013 traz análises sobre aspectos-chaves da estrutura de governança dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Previdência Social, especialmente no que tange aos chamados “mecanismos de porta de entrada” das políticas assistenciais e previdenciárias. A porta de entrada do cidadão ao Regime Geral de Previdência Social, por exemplo, é por meio das agências do próprio INSS.

Para o atingimento da melhoria da qualidade dos serviços prestados nas agências da previdência social, algumas deficiências devem ser superadas, como em relação à rede de atendimento e à estrutura de pessoal.

O relatório completo e o parecer prévio emitido pelo TCU sobre as contas do governo de 2013 podem ser acessados em www.tcu.gov.br/contasdogoverno.